

ATA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO COMITE DE GERENCIAMENTO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS CHAPECÓ/IRANI E CONTÍGUOS.

Aos vinte e nove dias do mês de março de 2012, estiveram reunidos em Assembléia Geral Ordinária-AGO, no auditório da prefeitura municipal de Chapecó, os membros representantes das entidades participantes do comitê de bacia Chapecó/Irani sob a coordenação do Presidente do Comitê Sr. Antônio F. Baptiston, para tratar dos seguintes itens da pauta: 1 - Leitura, apreciação e votação da ata da Assembleia Geral anterior; 2 - Composição da Comissão Técnica Consultiva; 3- Apresentação e votação do relatório de atividades do comitê Chapecó/Irani referente ao ano 2011; 4-Apresentação e discussão do Plano de Ação do Comitê para o ano de 2012; 5- Assuntos Gerais. **Decisões e encaminhamentos:** 1- Ata foi lida pelo secretário e aprovada sem alterações; 2- para completar a nominata da Comissão Técnica Consultiva foram indicados e aprovados os seguintes nomes: Sr. Eduardo Miotello/Fatma como suplente da Sgt. Mariléa/Polícia Ambiental; Prof. Jacir Dal Magro/Unochapecó como suplente do Prof. Rogis Bernardes/Unoesc; Sr. Gelson Menoncin/Instituto Socio-Ambiental Sabiá como suplente (ver pois parece ter indicação anterior da Sra. Geciane/Iberê embora nada documentado nas três atas de diretoria deste ano)- da Sra. Rosângela Fávero/Agenda 21 Xrê. A comissão técnica consultiva fica assim constituída: representantes do poder público (1 vaga) sendo titular Sgt. Mariléa/Polícia Ambiental e suplente Sr. Eduardo Miotello/Fatma; representantes dos usuários de água (2 vagas), Sr. Américo do Nascimento/Faesc e Marcos V Cella/ACCB, Sr. Ricardo Lunardi/ACCB e Vladimir Martarello/ACR; representantes da população da bacia (2 vagas), Prof. Rógis Bernardes/Unoesc e Prof. Jacir Dal Magro/Unochapecó, Sra. Rosângela Fávero/Ag 21Xrê e Sr. Gelson Menoncini/Instituto Sócio-Ambiental Sabiá. 3- O relatório de atividades do comitê 2011, apresentado pelo secretário foi votado e aprovado sem alterações. Constou de uma parte introdutória para situar o leitor, um histórico para resgate das atividades desde o ano 2000, do ainda pró-comitê, e o relatório de atividades referente ao ano 2011. 4- O plano de Ação do Comitê para o ano 2012, construído a partir das prioridades retiradas do Plano da Bacia, foi apresentado pelo Consultor do Comitê Eng. Gary A. R Bittencourt e contempla os seguintes temas: a) Compatibilização dos conflitos de uso da água (identificação de conflitos de uso dos recursos hídricos na RH-2); b) Qualidade da água (levantamento das águas superficiais e subterrâneas quanto à qualidade e construção de projetos de pesquisa/difusão interinstitucionais); c) Águas subterrâneas (quantidade de poços, qualidade, conflitos de uso, legislação, projetos de pesquisa/difusão); d) Articulação interinstitucional (construir rede de informações entre o público da bacia, instituições, prefeituras, governo estadual e federal, visitas, levantamento das fontes financiadoras de projetos); d) Educação Ambiental (material de



divulgação com linguagem acessível, palestras, questão do Código Florestal após aprovado/levar ao conhecimento da sociedade, importância dos termos de ajuste de conduta-TAC como medida mitigatória do Ministério Público.etc.).

Plano de Ação, aprovado. No item 5. Assuntos Gerais foram tratadas as seguintes questões: a) Alteração no RI: O presidente informou que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) sugeriu algumas alterações no Regimento do Comitê que deverão ser analisadas pela Comissão Técnica Consultiva (CTC) e posteriormente, caso haja necessidade, a proposta de alterações no Regimento deverá ser aprovada em Assembleia Geral. Informou também que se trata de pequenas adequações, salvo a sugestão de suprimir o Grupo de Apoio Técnico de que trata a Seção V do Capítulo IV. b) encaminhamento dos projetos estruturantes do Comitê: Não há nenhuma dificuldade nos projetos de captação dos recursos do FEHIDRO para a operacionalização do Comitê. O projeto no valor de R\$ 70 mil não está "parado" e o recurso já foi liberado. Também não existe nenhum outro projeto "trancado". Existem alguns entraves legais na execução de certas despesas específicas do projeto e que isto está sendo avaliado técnica e juridicamente pelo Consórcio Iberê. Não se descartando a possibilidade da busca de outra instituição de apoio se essas dificuldades forem insolucionáveis. c) Participação no Comitê: ressaltada pelo Presidente e Secretário o caráter democrático e participativo do Comitê como fórum de debates para o encontro de soluções de desenvolvimento sustentável no âmbito dos recursos hídricos da região da bacia. O comitê deverá discutir, acolher e encaminhar as proposições tiradas por decisão dos representantes e portanto, a participação de todos é fundamental, imprescindível; d) Conflitos de uso da água: vários depoimentos levantaram situações de conflito que deverão ser analisadas pela comissão técnica consultiva e diretoria e se necessário com auxílio do grupo de apoio técnico. Destacam-se: do Sr. Walmor/Cooperativa de fornecimento de água potável de Palmitos sobre conflito por quantidade de água do rio Barra Grande. Muitos estão captando água e o consorcio para abastecimento humano e dessedentação de animais por ele representado e por ter feito um grande investimento está preocupado; a Sra. Rosângela Fávero/Agenda 21, área industrial e de urbanização de Xanxerê avança sobre manancial de água do rio Ditinho e que o processo de urbanização da bacia está previsto no Plano Diretor em discussão no município. Solicita posição do comitê segundo sua função legal de enquadramento dos recursos hídricos. O presidente entrevistou para esclarecer que o Rio Ditinho, assim como outros mananciais no Estado teve o enquadramento alterado de Classe Especial para Classe 2 pela Portaria CERH nº 001/2008 e que compete ao Comitê de Bacia propor enquadramento dos cursos de água da RH-2. A Sra. Luciana Campos/ACAVE levantou a questão sobre a responsabilidade de usuários de água na preservação dos mananciais a montante. Questionou sobre a responsabilidade das indústrias, Prefeituras, concessionárias de abastecimento de água e sobre os recursos financeiros destinados a preservação e recuperação de mananciais e recursos

hídricos; da Sra. Fernanda/Casan sobre ocorrência de algas cianofíceas nas águas de rios de baixa e alta vazão. A contribuição do entorno, das açudes para criação de peixes, etc., para o crescimento de algas que inviabilizam o uso da água para abastecimento público. Neste ponto o Sr. Jorge de Matos Casaca/Associação de piscicultores, esclareceu que segundo as normas de pesca difundidas pela Epagri, as águas de açudes, criatórios etc., não liberam mais lodo de fundo (água é liberada aos poucos.....7 dias para esvaziar um açude quando antes ocorria em 1 dia); do Sr. Antonio Baptiston sobre definição do plano de manejo da Flona que pode reduzir a abrangência da área de amortecimento da floresta, prejuízos ou benefícios decorrentes disso; do Sr. Ivan Baldissera sobre a necessidade de encaminhamento da inconstitucionalidade da lei estadual 15.736 de janeiro de 2012 (permite açudes de criação de peixes em áreas de preservação permanente-APP) ou reformá-la mantendo-a como parte de termo de ajuste de conduta para legalizar as atividades consolidadas. Nada mais havendo, o Presidente encerrou a Assembleia Geral Ordinária e eu Ivan T Baldissera lavrei a presente ata.

